

104

Contador

Data da prova:

domingo, 17/11/2024
(turno matutino)

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
 - 1 (um) caderno contendo as provas objetiva e discursiva. A prova objetiva é composta por 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta;
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O jardim do semelhante.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de provas, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva, o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Você poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas somente quando faltarem 30 (trinta) minutos para o término do tempo fixado para a realização das provas.
- Após o término das provas, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação das provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhum momento das provas.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS
Questões de 1 a 20LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL
Questões de 1 a 8

QUESTÃO 1

Demografia Médica

A Demografia Médica 2023, lançada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), mostra que o Brasil possui médicos ativos, com registro nos Conselhos Regionais de Medicina (CRM), em número absoluto suficiente para atender às necessidades da população. Mas, apesar do significativo contingente, um dos maiores do mundo, ainda há um cenário de desigualdade na distribuição, na fixação e no acesso aos profissionais. As distorções acontecem sob diferentes ângulos.

Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/noticias/brasil-possui-medicos-em-quantidade-suficiente-para-atender-demandas-da-populacao>>.
Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Considerando o modo de organização das sequências linguísticas do texto, é correto afirmar que nele predomina a

- (A) dissertação, porque tem como foco a apresentação dos dados referentes ao aumento do contingente de médicos ativos no Brasil.
- (B) narração, visto que apresenta uma sequência de acontecimentos dentro de um recorte temporal.
- (C) descrição, uma vez que tem como finalidade principal propor uma reflexão acerca da carência de médicos ativos no Brasil.
- (D) dissertação, pois apresenta um posicionamento diante do fato divulgado pela Demografia Médica 2023.
- (E) narração, já que defende que o contingente de médicos ativos no Brasil é suficiente para atender às necessidades da população.

QUESTÃO 2

Atesta CFM

De mãos dadas com a tecnologia, o Conselho Federal de Medicina (CFM) avança na proteção da prática médica e no combate às fraudes na emissão de atestados. Com a plataforma Atesta CFM, médicos, pacientes e empregadores contam com uma solução segura e eficiente, que respeita todas as normas legais e éticas.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/consehofederaldemedicina>>.
Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Com base nas questões gramaticais que envolvem o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Logo após o termo “De mãos dadas com a tecnologia”, o uso da vírgula é opcional.
- (B) O uso do sinal indicativo de crase passaria a ser inviável no trecho “no combate às fraudes”, caso a estrutura sublinhada fosse substituída pela construção **a todas as fraudes**.

- (C) Na sequência “médicos, pacientes e empregadores”, o emprego da vírgula é opcional diante do vocábulo sublinhado.
- (D) A construção **têm a disposição** está totalmente de acordo com a norma-padrão, por isso poderia substituir a estrutura “contam com”.
- (E) Caso julgasse necessário, o autor poderia substituir a forma “que respeita” pela redação **que propõe-se a respeitar**, que está correta quanto à colocação do pronome sublinhado e ao uso do sinal indicativo de crase.

QUESTÃO 3

Ética no contexto profissional

Quando participamos de um processo seletivo para determinado cargo, algumas empresas apresentam sua missão e seus valores, a fim de encontrar um colaborador que se enquadre no perfil desejado por elas. A partir da contratação, o profissional já sabe que haverá normas de conduta em relação à sua área de trabalho, bem como em relação às pessoas que a integram. Nesse sentido, ser ético profissionalmente é contribuir para o bom andamento das atividades e beneficiar o clima organizacional de forma sadia e harmoniosa. Agir no ambiente de trabalho, e fora dele, como gostaríamos que agissem conosco é um ótimo exemplo de ética.

MARTINS, Luciane Alves Branco. Disponível em: <<https://blog-educacao.sesirs.org.br/a-etica-no-ambiente-de-trabalho/>>.
Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Considerando as regras de concordância prescritas pela norma-padrão, assinale a alternativa correta.

- (A) A autora poderia, caso julgasse necessário, empregar a redação **bastante empresas** no lugar da construção “algumas empresas”.
- (B) A forma verbal “apresentam” deveria, obrigatoriamente, ser empregada na terceira pessoa do singular, caso o sujeito “algumas empresas” fosse substituído pela construção **a maior parte das empresas**.
- (C) O pronome sublinhado na oração “que se enquadre no perfil desejado por elas” poderia ser substituído pela forma **a qual**.
- (D) A forma verbal “haverá” poderia ter sido empregada no plural.
- (E) No lugar da forma verbal “haverá”, a autora poderia empregar a construção **existirão**.

Área livre

QUESTÃO 4



vidadesuporte.com.br

Disponível em: <https://vidadesuporte.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Suporte_2522.jpg>. Acesso em: 22 set. 2024.

A tirinha lida tem como propósito principal

- (A) defender a naturalização da fofoca no ambiente de trabalho.
- (B) propor uma reflexão a respeito da fofoca envolvendo colegas de trabalho.
- (C) discutir as razões para a existência da fofoca no ambiente de trabalho.
- (D) apresentar os aspectos positivos e negativos da fofoca entre colegas de trabalho.
- (E) expor uma situação em que a fofoca entre colegas de trabalho é saudável.

QUESTÃO 5

Nota do Conselho Federal de Medicina aos médicos e à população

O Conselho Federal de Medicina (CFM) é uma autarquia federal de direito público que tem como principal competência garantir à população boas condições de assistência em saúde, e não um órgão corporativo da categoria médica. É a instituição reguladora da Medicina no Brasil e suas resoluções devem, obrigatoriamente, ser cumpridas por todos os médicos brasileiros. O CFM é a instituição que tem a competência legal de autorizar qual o tratamento que pode ou não ser feito no País.

Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/wp-content/uploads/2021/03/notaoficialcfmcovid.25.03.2021.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Assinale a alternativa que reproduz a mensagem mais compatível com o texto.

- (A) O CFM não é um órgão corporativo da categoria médica, mas, sim, uma autarquia federal de direito público cuja principal competência é garantir à população boas condições de assistência em saúde.
- (B) O CFM é uma autarquia federal de direito público com a competência principal de garantir à população boas condições de assistência em saúde, e não somente um órgão corporativo da categoria médica.

- (C) O CFM não só é uma autarquia federal de direito público que tem como principal competência garantir à população boas condições de assistência em saúde, mas é também um órgão corporativo da categoria dos médicos.
- (D) O CFM é a entidade que regula a Medicina no Brasil e, no entanto, suas resoluções devem, impreterivelmente, ser cumpridas por todos os médicos brasileiros.
- (E) O CFM, apesar de ter como principal compromisso garantir à população boas condições de assistência em saúde, é a instituição que tem a competência legal de autorizar quando um tratamento pode ou não ser feito no Brasil.

QUESTÃO 6

Empatia no ambiente de trabalho

A empatia é a capacidade de compreender e compartilhar os sentimentos dos outros. Ela nos permite não apenas enxergar o mundo a partir de diferentes perspectivas, mas também nos ajuda a nos conectar em um nível mais profundo com as experiências e as emoções das pessoas ao nosso redor. No ambiente profissional, a empatia desempenha um papel vital, aprimorando a comunicação eficaz e servindo como base para a colaboração bem-sucedida e a resolução construtiva de conflitos.

ZANETTA, Cristiano.

Disponível em: <<https://exame.com/bussola/desvendando-o-valor-da-empatia-e-da-compassao-em-sua-jornada-de-desenvolvimento/>>. Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Acerca das relações entre as classes de palavras no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O pronome “Ela” retoma o termo “A empatia”, por isso poderia, sem alterar a relação de sentido original, ser substituído pelo equivalente **Aquela**.
- (B) A substituição do artigo definido sublinhado na construção “o mundo” pelo indefinido **um** preservaria o sentido original.
- (C) O vocábulo sublinhado no trecho “em um nível **mais** profundo” é um advérbio que modifica o sentido do adjetivo “profundo”, acrescentando-lhe a ideia de intensidade.
- (D) A exclusão do adjetivo “profissional” não comprometeria a informação original.
- (E) A predominância de verbos no presente do indicativo justifica-se pela referência a fatos tidos como hipotéticos no momento em que o autor se pronuncia.

Área livre

QUESTÃO 7

Por que é importante ser proativo no trabalho?

A proatividade no trabalho é fundamental por diversas razões. Primeiramente, ela impulsiona a eficiência e a produtividade, pois os funcionários proativos não esperam ser direcionados em todas as tarefas. Eles buscam oportunidades de melhorar processos e resolver problemas por conta própria. Além disso, a proatividade contribui para um clima organizacional mais positivo, pois demonstra comprometimento e engajamento por parte dos colaboradores. Eles se tornam agentes de mudança, inspirando colegas e influenciando positivamente a cultura da empresa.

Disponível em: <<https://exame.com/carreira/guia-de-carreira/como-ser-mais-proativo-no-trabalho-dicas-para-aumentar-sua-proatividade/>>.
Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

De acordo com as informações do texto e a regência dos verbos e dos nomes nele utilizados, assinale a alternativa correta.

- (A) O trecho “por diversas razões” poderia, conforme a norma-padrão, ser substituído pela redação **devido diversas razões**.
- (B) De acordo com a regência do verbo **esperar**, a preposição **a** poderia ser empregada entre as formas verbais no trecho “não esperam ser”.
- (C) A redação **para todas as tarefas** está correta segundo a regência do vocábulo “direcionados”, por isso preserva o sentido da construção “em todas as tarefas”.
- (D) As redações “contribui para um clima organizacional mais produtivo” e **contribui com um clima organizacional mais produtivo**, embora veiculem informações diferentes, estão de acordo com a norma-padrão.
- (E) O trecho “Eles se tornam agentes de mudança” poderia, de acordo com a norma-padrão, ser reescrito da seguinte maneira: **Eles chegam no nível de agentes de mudança**.

QUESTÃO 8

O que é redação oficial

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o poder público redige comunicações oficiais e atos normativos. A redação oficial não é necessariamente árida e contrária à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com objetividade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular etc.

Disponível em: <<https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>.
Acesso em: 22 set. 2024, com adaptações.

Tendo como referência o contexto e a finalidade da redação oficial e o que prescreve o Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta.

- (A) O período **Uma vez verificado, após longa e extenuante investigação, no mês de setembro de 2024, o problema relativo à atuação de médicos na zona rural do Distrito Federal, que fica a 8 km do Gama, a grande maioria da população daquela equipe que esteve no local já citado antes decidiu pela reorganização, necessária e imprescindível, da escala de trabalho dos trabalhadores plantonistas daquela região.**, está totalmente adequado à linguagem que deve ser utilizada no contexto da correspondência oficial.
- (B) Apenas em caráter excepcional, os assuntos dos expedientes oficiais podem ser tratados de outra forma que não seja a estritamente pessoal.
- (C) No vocativo dos textos oficiais dirigidos aos chefes de poder, deve-se utilizar a expressão **Excelentíssimo Senhor** ou **Excelentíssima Senhora** e o cargo respectivo, seguidos de vírgula. Já, quando se dirigem às demais autoridades, mesmo aquelas tratadas por **Vossa Excelência**, deve ser utilizada a forma **Senhor** ou **Senhora**, seguida do cargo respectivo.
- (D) No padrão ofício, o local e a data do documento oficial devem estar alinhados à margem esquerda da página e apresentar a seguinte composição: nome da cidade onde foi expedido, seguido de vírgula, dia do mês, nome do mês, com inicial maiúscula, e os dois últimos dígitos do ano de expedição.
- (E) O fecho **Atentamente** deve ser empregado para todas as modalidades de expedientes oficiais.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CFM Questões de 9 a 16

QUESTÃO 9

Com base na Lei nº 3.268/1957, que trata dos conselhos de medicina, assinale a alternativa correta.

- (A) Os brasileiros naturalizados não podem candidatar-se para concorrer às eleições dos conselhos regionais.
- (B) O médico poderá concorrer à vaga de conselheiro federal, desde que seja conselheiro no conselho regional de medicina no qual está inscrito.
- (C) O mandato dos membros dos conselhos regionais de medicina será meramente honorífico e durará dois anos, sendo vedada a recondução.
- (D) Nas eleições dos conselhos, o voto será pessoal, secreto e facultativo.
- (E) As eleições para os conselhos regionais serão feitas sem discriminação de cargos.

Área livre

QUESTÃO 10

De acordo com o Decreto nº 44.045/1958, que aprova o regulamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina, no que se refere ao Conselho Federal de Medicina, assinale a alternativa correta.

- (A) Os conselheiros suplentes somente poderão participar das sessões plenárias após regular convocação e na ausência do conselheiro efetivo.
- (B) Compete ao Conselho Federal de Medicina publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados.
- (C) O quórum para as sessões plenárias do Conselho Federal de Medicina será de vinte conselheiros efetivos.
- (D) Os conselheiros indicados pela Associação Médica Brasileira, exceto em caso de renúncia, poderão ser substituídos no curso do mandato.
- (E) Os modelos das carteiras profissionais fixados pelos conselhos regionais de medicina devem ser submetidos à aprovação do Conselho Federal de Medicina.

QUESTÃO 11

Nos termos do Regimento Interno do Conselho Federal de Medicina (Resolução CFM nº 1.998/2012), acerca das Comissões e Câmaras Técnicas, assinale a alternativa correta.

- (A) A Comissão de Licitações tem caráter transitório, sendo instaurada de acordo com as necessidades de compras e contratos.
- (B) Médicos não pertencentes ao corpo de conselheiros do CFM não podem integrar as comissões transitórias.
- (C) A Comissão de Licitações é competente para verificar os comprovantes dos recebimentos, subvenções, contribuições e alienações.
- (D) A Comissão de Tomada de Contas é constituída por três membros da diretoria, eleitos pelo plenário.
- (E) Os pareceres da Comissão de Tomada de Contas serão apreciados pelo plenário do Conselho, sendo que os respectivos relatórios deverão ser apresentados no plenário pelo tesoureiro.

QUESTÃO 12

Conforme as determinações da Resolução CFM nº 1.998/2012, o conselheiro corregedor tem a competência de

- (A) assinar as resoluções com o presidente.
- (B) supervisionar a assessoria jurídica do CFM.
- (C) exercer o juízo de admissibilidade nos pedidos de revisão para apreciação plenária.
- (D) autorizar a abertura de sindicâncias e processos administrativos disciplinares.
- (E) auxiliar e substituir o secretário-geral.

QUESTÃO 13

Em relação ao sigilo profissional, a Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica) dispõe que ao médico é vedado revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo

- (A) na investigação de suspeita de crime, quando o médico poderá revelar segredo que possa expor o paciente a processo penal.
- (B) haja consentimento, por escrito, do paciente.
- (C) no caso de falecimento do paciente.
- (D) quando for depor como testemunha.
- (E) se o fato for de conhecimento público.

QUESTÃO 14

A Resolução CFM nº 2.217/2018 (Código de Ética Médica) garante ao médico o direito de

- (A) recusar-se a realizar atos médicos que, embora permitidos por lei, sejam contrários aos ditames de sua consciência.
- (B) opor-se à realização de junta médica solicitada pelo paciente ou por seu representante legal.
- (C) exercer simultaneamente a medicina e a farmácia, desde que se mantenha registrado concomitantemente nos conselhos profissionais de fiscalização de ambas as profissões.
- (D) receber remuneração por valores vinculados ao sucesso da causa, quando exercer a função de perito ou de auditor.
- (E) participar do processo de diagnóstico da morte ou da decisão de suspender meios artificiais para prolongar a vida do possível doador, quando for pertencente à equipe de transplante.

QUESTÃO 15

A Resolução CFM nº 2.306/2022 (Código de Processo Ético-Profissional) prevê que, na sindicância ou no processo ético-profissional, há suspeição do conselheiro

- (A) que solicite a sua substituição após ter sido nomeado sindicante, instrutor ou relator.
- (B) que esteja litigando, judicial ou administrativamente, contra os interesses de uma das partes ou respectivo cônjuge ou companheira.
- (C) que tenha cônjuge, companheira, qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, que esteja postulando como defensor público, dativo ou advogado.
- (D) quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau.
- (E) quando seja parte seu cônjuge, companheira ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

QUESTÃO 16

Com base na Resolução CFM nº 2.306/2022 (Código de Processo Ético-Profissional), acerca do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinale a alternativa correta.

- (A) O TAC não poderá ser proposto pelo sindicante.
- (B) Em relatório fundamentado, a Presidência declarará o cumprimento dos termos contidos no TAC e enviará os autos à Corregedoria para arquivamento.
- (C) O TAC pode ser firmado na sindicância que tenha a figura do denunciante no polo ativo.
- (D) A audiência para firmar o TAC deve ser presencial, as demais podem ser realizadas em ambiente eletrônico.
- (E) No TAC, é obrigatória a denominada cláusula de suspensão da sindicância, a qual fixa o prazo de suspensão da sindicância, não superior a 180 dias.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL
Questões de 17 a 20

QUESTÃO 17

Com base nas previsões constitucionais quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assinale a alternativa que apresenta corretamente direitos inerentes àqueles que, após a aprovação no concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva, porventura forem convocados para admissão pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

- (A) Fundo de garantia do tempo de serviço; irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; e repouso semanal remunerado.
- (B) Proteção da compensação de jornada na forma da lei, constituindo crime sua proibição; e remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 20% à do normal.
- (C) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 90 dias; e redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- (D) Licença-assiduidade e licença-paternidade.
- (E) Aposentadoria e majoração dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Área livre

QUESTÃO 18

A respeito do exercício da Medicina, com base nas previsões legais contidas na Lei nº 12.842/2013, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Federal de Medicina não detém competência para editar normas com o intuito de definir o caráter experimental de procedimentos em Medicina.
- (B) O objeto da atuação do médico é a saúde do ser humano e das coletividades humanas, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo, guiado por suas crenças e sentimentos pessoais.
- (C) A aspiração nasofaríngea ou orotraqueal é atividade privativa do médico.
- (D) A denominação "médico" é privativa do graduado em curso superior de Medicina reconhecido, vedada a denominação "bacharel em Medicina".
- (E) As atividades privativas de médico aplicam-se ao exercício regular da Odontologia.

QUESTÃO 19

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018 – determina que as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar, além do princípio da boa-fé, os princípios

- (A) da prevenção, da discriminação e da responsabilização.
- (B) da qualidade dos dados, da transparência e da insegurança.
- (C) da finalidade, da adequação e da necessidade.
- (D) dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis.
- (E) do banco de dados, do controlador e do operador.

QUESTÃO 20

Nos termos da Lei nº 13.853/2019, é correto afirmar que o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, é composto por

- (A) 5 membros representantes, titulares e suplentes, designados por ato do presidente da República, permitida a delegação, e a participação é remunerada.
- (B) 23 representantes, titulares e suplentes, designados por ato do presidente da República, permitida a delegação, e a participação não é remunerada.
- (C) 23 representantes, titulares e suplentes, designados por ato do presidente do Senado Federal, permitida a delegação, e a participação é remunerada.
- (D) 19 representantes, titulares e suplentes, designados por ato do presidente da República, vedada a delegação, e a participação não é remunerada.
- (E) 5 representantes, titulares e suplentes, designados por ato do presidente do Senado Federal, permitida a delegação, e a participação é remunerada.

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões de 21 a 50

QUESTÃO 21

Os conselhos federais são autarquias de direito público com autonomia administrativa e financeira, o que implica a elaboração, entre outros demonstrativos, do balanço patrimonial. Assinale a alternativa que indica somente contas com saldos credores em seu modelo de publicação.

- (A) Resultados Acumulados, Estoques
- (B) Receitas de Valores Mobiliários, Despesas Vencimentos e Vantagens Fixas
- (C) Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo
- (D) Obrigações Fiscais, Provisões Trabalhistas
- (E) Despesas de Obrigações Patronais, Transferências dos Conselhos Regionais de Medicina

QUESTÃO 22

Bens Imóveis	251.721
Bens Móveis	61.818
Caixa e Equivalentes de Caixa	246.958
Créditos e Valores a Receber	14.850
Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	19.670
Despesas de Contribuições	120.729
Despesas de Obrigações Patronais	33.717
Estoques	405
Fornecedores e Contas a Pagar	19.247
Imobilizado	293.869
Investimentos e Aplicações Temporárias	493.918
Obrigações Fiscais	4.900
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	12.583
Provisões Demandas Trabalhistas	13.270
Receitas de Serviços	10.844
Receitas de Valores Mobiliários	95.663

O contador de certo conselho federal extraiu os dados apresentados do livro Razão e, com base nesses dados, dimensionou o ativo total da autarquia em

- (A) 1.035.150.
- (B) 1.050.000.
- (C) 1.063.270.
- (D) 1.069.670.
- (E) 1.083.717.

Área livre

QUESTÃO 23

Em linhas gerais, o plano de contas objetiva

- (A) possibilitar o uso da contabilidade criativa.
- (B) expressar os princípios e os valores éticos da organização.
- (C) facilitar a identificação das demandas internas e externas por meio de informações econômicas.
- (D) propiciar a integração dos atos administrativos e dos fatos contábeis.
- (E) servir como guia e meio de padronização dos registros contábeis.

QUESTÃO 24

Assinale a alternativa que indica o registro contábil que determinada autarquia presumidamente fará ao liquidar uma dívida não especificada via Pix.

- (A) Debita – Fornecedores, Credita – Bancos (Pix)
- (B) Debita – Bancos (Pix), Credita – Contas a pagar
- (C) Debita – Bancos (Pix), Credita – Tributos a recolher
- (D) Debita – Bancos (Pix), Credita – Contas a receber
- (E) Debita – Bancos (Pix), Credita – Empréstimos/Financiamentos

QUESTÃO 25

Ao contratar uma apólice de seguros contra incêndios para suas instalações, para o período de 1º/9/X0 a 31/8/X1, certo conselho federal desembolsou, de uma só vez, em 30/9/X0, o valor de \$ 120.000. De acordo com as boas práticas contábeis, no fechamento do balanço de 31/10/X1, o saldo da conta Seguros Ativos será de

- (A) \$ 120.000.
- (B) \$ 110.000.
- (C) \$ 100.000.
- (D) \$ 20.000.
- (E) \$ 10.000.

QUESTÃO 26

Aos funcionários de determinada autarquia são creditados os respectivos proventos no dia cinco do mês subsequente. Nessa data, o reconhecimento desse fato contábil se dará pelo registro de

- (A) Debita – Salários a pagar, Credita – Caixa.
- (B) Debita – Salários a pagar, Credita – Bancos conta movimento.
- (C) Debita – Despesas de salários, Credita – Encargos com pessoal.
- (D) Debita – Bancos conta movimento, Credita – Salários a pagar.
- (E) Debita – Salários a pagar, Credita – Despesas de salários.

QUESTÃO 27

Conciliação bancária é um procedimento interno contábil de verificação da consistência e da exatidão dos saldos do livro Razão e o apresentado no extrato bancário da organização. Nesse sentido, a efetivação de pagamento de uma nota de compra, via Pix, enquanto o comprovante não for reconhecido pela contabilidade, provoca, no saldo do livro Razão da conta Bancos, comparativamente ao saldo bancário,

- (A) efeito nulo, uma vez que o valor da nota já impactou o saldo bancário.
- (B) efeito positivo, pois o valor da nota já sensibilizou o livro Razão.
- (C) saldo bancário maior que o valor do saldo do livro Razão.
- (D) saldo contábil menor que o valor do saldo bancário.
- (E) saldo contábil maior que o valor do saldo do extrato bancário.

QUESTÃO 28

A NBC TG Estrutura Conceitual enfatiza a temática da utilidade das demonstrações contábeis como canal de disponibilização de informações que sejam úteis aos respectivos usuários, nos seus processos decisórios, acerca das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos das empresas que reporta. Por isso, os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são quantificados em termos monetários. Isso exige a seleção de uma base de mensuração, característica essa identificada, por exemplo, como custo histórico, valor justo ou valor de cumprimento, entre outros. Nesse sentido, valor justo de um ativo é o

- (A) preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.
- (B) valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação.
- (C) preço que reflete as estimativas de fluxos de caixa futuros, descontados a uma taxa determinada no reconhecimento inicial.
- (D) custo de ativo equivalente na data de mensuração, compreendendo a contraprestação que seria paga na data de mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos nessa data.
- (E) valor presente dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.

Área livre

QUESTÃO 29

Suponha hipnoticamente que determinada organização possua liquidez corrente de 1,3, patrimônio líquido de \$ 1000 e grau de imobilização do capital próprio de 10% do ativo total. A empresa possui somente dívidas de curto prazo de 75% do patrimônio da empresa. Com base exclusivamente nessas informações, é possível estimar o capital de giro da empresa em

- (A) 3.000.
- (B) 3.100.
- (C) 3.800.
- (D) 3.900.
- (E) 4.100.

QUESTÃO 30

Considere que o gestor financeiro de determinado conselho federal precise reforçar o caixa mediante o resgate de uma destas duas aplicações financeiras prefixadas: (1) Certificado de Depósito Bancário (CDB) Prefixado, com valor de resgate de \$ 35.089,95, para 150 dias, (2) Certificado de Depósito Bancário (CDB), com valor de resgate de \$ 35.089,95, em 180 dias. Desconsiderando qualquer outro elemento de custo no cálculo, como tarifas bancárias e eventuais impostos, assinale a alternativa que corresponde à opção de maior impacto no caixa imediato da organização, dado um custo de oportunidade de mercado de 3% a.m.

- (A) Opção 1 por gerar caixa de \$ 29.387,28.
- (B) Opção 2 por gerar caixa de \$ 32.112,28.
- (C) Opção 2 por gerar caixa de \$ 31.176,97.
- (D) Opção 1 por gerar caixa de \$ 30.268,90.
- (E) Tanto a opção 1 quanto a opção 2 geram o mesmo efeito no caixa.

Área livre

QUESTÃO 31

Suponha que os gestores de determinada empresa tenham estabelecido meta de 21% sobre o capital circulante líquido (CCL) para o total dos dispêndios com a rubrica pessoal e encargos sociais da instituição. Os dados necessários para a gestão desse indicador estão discriminados a seguir.

Discriminação e valores em \$ mil	Orçado	Realizado
Pessoal e encargos sociais		
Vencimentos e vantagens fixas – pessoal	67.800	62.800
Obrigações patronais	21.300	18.700
Outras despesas variáveis – pessoal	900	650
Indenizações e restituições trabalhistas	10.000	9.600
Ativo circulante	514.652	475.210
Passivo circulante	38.559	31.400

Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que

- (A) a instituição bateu a meta ao atingir exatamente o índice esperado.
- (B) os gastos com pessoal foram contingenciados a partir do momento em que o valor realizado atingiu o índice meta.
- (C) o índice observado ficou em 18,36% do capital circulante líquido.
- (D) o desvio apresentado ficou acima de 1,0 ponto percentual acima da meta.
- (E) o índice apresentou desvio de menos de 0,5 ponto percentual abaixo da meta.

QUESTÃO 32

Considere hipoteticamente que determinada organização esteja avaliando a viabilidade econômica de destacar parte de sua estrutura física como centro de treinamento para seus afiliados e funcionários. A área tem um custo fixo total de \$ 104.480. O custo variável por aluno estimado é de \$ 30,60 e a despesa variável é \$ 8,20. A demanda estimada para o preço de venda de \$ 300 por curso é de 500 alunos. Tendo em conta somente tais elementos, o ponto de equilíbrio (quantitativo de cursos) e o lucro (\$) na quantidade demandada seriam de, respectivamente,

- (A) 348 cursos e \$ 45.520.
- (B) 388 cursos e \$ 30.220.
- (C) 400 cursos e \$ 26.120.
- (D) 300 cursos e \$ 104.480.
- (E) 500 cursos e \$ 130.600.

Área livre

QUESTÃO 33

Diante da tese de que as anuidades arrecadadas pelos conselhos de fiscalização profissional têm natureza jurídica de contribuição social, é correto afirmar que essas anuidades podem ser classificadas como

- (A) tributo federal.
- (B) tributo estadual.
- (C) tributo municipal.
- (D) contribuição parafiscal.
- (E) contribuição de melhoria.

QUESTÃO 34

No contexto da gestão contábil de instituições públicas como os conselhos profissionais, o contador desempenha um papel fundamental na tomada de decisões que impactam diretamente a transparência e a eficiência da administração financeira. Tendo em vista as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), assinale a alternativa que corresponde a uma correta aplicação dessas normas no dia a dia das atividades contábeis dessas instituições.

- (A) Utilizar as diretrizes da NBC T 16.11 para classificar os bens e serviços adquiridos, mas sem considerar o impacto no orçamento da entidade.
- (B) Utilizar as normas apenas para o encerramento do exercício, sem considerar sua aplicação durante o ano fiscal.
- (C) Ignorar as orientações da NBC T 16.1 ao elaborar relatórios financeiros, pois eles não são obrigatórios para o setor público.
- (D) Seguir somente as diretrizes da Contabilidade privada, pois as normas do setor público não se aplicam aos conselhos profissionais.
- (E) Aplicar a NBC T 16.1, que trata da avaliação e da mensuração de ativos, para decidir acerca da aquisição de um novo sistema contábil, assegurando que os ativos sejam registrados por seu valor justo.

QUESTÃO 35

A Lei nº 6.404/1976 dispõe a respeito das sociedades por ações e estabelece regras gerais para a Contabilidade e a elaboração das projeções financeiras. No entanto, com o passar dos anos, as práticas contábeis foram modernizadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), trazendo novas cláusulas e critérios. Nesse contexto, qual prática contábil melhor demonstra que o contador está atento às mudanças da Contabilidade contemporânea, em atenção à modernização do paradigma contábil principiológico?

- (A) Manter a avaliação dos ativos apenas pelo custo histórico, desconsiderando a avaliação a valor justo.
- (B) Elaborar as demonstrações financeiras considerando a essência econômica das transações, conforme o CPC 00.
- (C) Ignorar as normas do CPC, pois a Lei nº 6.404/1976 já é suficiente para a Contabilidade pública.
- (D) Realizar a contabilização das receitas apenas no momento do recebimento em caixa.
- (E) Seguir as normas do CPC no fechamento do exercício, desconsiderando sua aplicação durante o ano.

QUESTÃO 36

Com a introdução das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as demonstrações financeiras passaram a ter um novo formato e conteúdo, o que impacta a rotina do contador dos conselhos profissionais. Assinale a alternativa que corresponde a uma mudança importante na forma de apresentar as informações financeiras, de acordo com as normas do CPC.

- (A) Apresentar as receitas e despesas desconsiderando sua natureza, agrupando-as em um total.
- (B) Utilizar o modelo de demonstração do resultado do exercício, que permite a apresentação das receitas e despesas de forma clara e segmentada, conforme o CPC 26.
- (C) Seguir o formato das demonstrações financeiras definidas na Lei nº 6.404/1976, em detrimento das atualizações do CPC.
- (D) Ignorar as notas explicativas, pois as demonstrações financeiras devem ser autoexplicativas.
- (E) Apresentar informações financeiras em um formato que não atenda aos requisitos de transparência e comparabilidade exigidos pelo CPC.

QUESTÃO 37

Suponha que um contador recém-ingresso em certo conselho profissional federal esteja encarregado de elaborar as demonstrações contábeis para apurar a situação patrimonial e financeira da instituição ao final do exercício. Para isso, ele deve observar as diretrizes estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro. Considerando essas exigências, assinale a alternativa que apresenta corretamente as demonstrações contábeis que o contador público deve preparar para realizar essa apuração contábil no referido conselho.

- (A) Apenas o Balanço Orçamentário e o Balanço Patrimonial, uma vez que o setor público não exige demonstrações de fluxo de caixa.
- (B) O Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado Econômico e o Relatório de Gestão Fiscal, conforme orientações da NBC T 16.6.
- (C) Apenas a Demonstração de Variações Patrimoniais e o Relatório de Execução Orçamentária, visto que eles refletem a execução financeira do conselho.
- (D) O Balanço Orçamentário, o Balanço Patrimonial, o Balanço Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme a NBC T 16.6.
- (E) O Balanço Orçamentário, a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração das Variações Patrimoniais, pois essas demonstrações contábeis são as únicas obrigatórias para a contabilidade pública.

Área livre

QUESTÃO 38

Suponha que o contador de um conselho profissional tenha realizado o empenho de R\$ 100.000,00 para a contratação de uma empresa de consultoria em tecnologia da informação. Esse valor refere-se à despesa de consultoria necessária para a implementação de um novo sistema de votação eletrônica para as pautas do conselho. Nesse contexto, e considerando as normas da Contabilidade pública e o método das partidas dobradas, assinale a alternativa que apresenta o lançamento contábil correto do empenho dessa despesa, indicando também a natureza das contas (permanente ou financeira).

- (A) D – Despesa Empenhada (Despesas de Consultoria – TI) R\$ 100.000,00 (Conta de Resultado – Financeira)
C – Obrigações a Pagar R\$ 100.000,00 (Conta Permanente)
- (B) D – Despesa Empenhada (Despesas de Consultoria – TI) R\$ 100.000,00 (Conta de Resultado – Financeira)
C – Despesas a Pagar R\$ 100.000,00 (Conta Permanente)
- (C) D – Despesa Empenhada (Despesas de Consultoria – TI) R\$ 100.000,00 (Conta de Resultado – Financeira)
C – Caixa/Bancos R\$ 100.000,00 (Conta Permanente)
- (D) D – Obrigações a Pagar R\$ 100.000,00 (Conta Permanente)
C – Caixa/Bancos R\$ 100.000,00 (Conta Permanente)
- (E) D – Despesa Empenhada (Despesas de Consultoria – TI) R\$ 100.000,00 (Conta de Resultado – Financeira)
C – Empenhos a Pagar R\$ 100.000,00 (Conta Permanente)

QUESTÃO 39

Para o acompanhamento das receitas públicas arrecadadas por um conselho profissional e a respectiva contabilização, é necessário observar as etapas da receita pública, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, que regula as normas gerais de Direito Financeiro. Ao identificar que determinada receita foi registrada e está aguardando a efetiva arrecadação, o contador verifica em qual etapa do processo essa receita se encontra. Considerando as etapas da receita pública orçamentária, de acordo com a referida lei, assinale a alternativa que corresponde à fase mencionada.

- (A) Previsão da receita
- (B) Lançamento da receita
- (C) Arrecadação da receita
- (D) Recolhimento da receita
- (E) Despesa pública

Área livre

QUESTÃO 40

Considere que o contador de certo conselho profissional tenha sido designado para acompanhar a execução orçamentária das despesas da instituição, com base na Lei nº 4.320/1964. Durante a execução, ele percebeu que uma despesa referente à contratação de serviços de manutenção predial havia sido autorizada, mas a nota de empenho para assegurar os recursos orçamentários ainda não tinha sido emitida. Sabendo que o processo de execução da despesa pública segue um ciclo que inclui várias etapas, qual das fases da despesa pública o contador deve realizar a seguir para assegurar o compromisso financeiro do referido conselho?

- (A) Liquidação da despesa
- (B) Arrecadação da despesa
- (C) Empenho da despesa
- (D) Pagamento da despesa
- (E) Recolhimento da despesa

QUESTÃO 41

O contador de um conselho profissional recebeu a incumbência de preparar uma apresentação acerca do ciclo orçamentário da União para os membros da diretoria. No material, é necessário abordar as fases do ciclo, as leis que o compõem – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) –, os prazos e a competência de elaboração e envio dessas leis. Esse contador sabe que o ciclo orçamentário é composto de quatro fases principais: elaboração, discussão/avaliação, execução e controle. Durante a reunião, um dos diretores perguntou qual era o prazo constitucional para que o presidente da República encaminhasse o projeto de LOA ao Congresso Nacional, e como esse prazo se relacionava com o ciclo orçamentário.

Nesse caso hipotético, com base na legislação vigente, o contador respondeu corretamente que o projeto de LOA deve ser enviado até o dia

- (A) 31 de agosto de cada ano, sendo de competência do Congresso Nacional a sua aprovação.
- (B) 5 de setembro de cada ano, e sua aprovação é de responsabilidade exclusiva do presidente da República.
- (C) 22 de maio de cada ano, e deve ser aprovado até o final do primeiro semestre legislativo.
- (D) 15 de julho de cada ano, com a aprovação sendo realizada pelo Tribunal de Contas da União.
- (E) 30 de junho de cada ano, sendo a responsabilidade pela aprovação do Senado Federal.

Área livre

QUESTÃO 42

Suponha que o contador de determinado conselho profissional esteja elaborando um relatório acerca da previsão de receitas e despesas do conselho, no qual deve fazer uma correlação entre a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União. Durante uma reunião com o Departamento de Contabilidade, questionou-se como as receitas correntes e as receitas de capital estão relacionadas com a LOA e com a LDO, no contexto do ciclo orçamentário da União.

O citado contador deve fornecer uma explicação clara de como as receitas correntes são tratadas na LOA e de como as receitas de capital são tratadas na LDO, de acordo com a legislação vigente. Com base no exposto, assinale a alternativa que descreve corretamente essa relação.

- (A) As receitas correntes estão detalhadas na LOA para cobrir despesas de capital, enquanto as receitas de capital estão descritas na LDO para orientar as despesas correntes.
- (B) As receitas correntes são previstas na LDO, que orienta a sua aplicação no pagamento de despesas correntes, ao passo que as receitas de capital são especificadas na LOA para o financiamento de despesas de capital.
- (C) A LOA detalha tanto as receitas correntes quanto as receitas de capital, enquanto a LDO estabelece metas e prioridades para a aplicação dessas receitas.
- (D) As receitas correntes são tratadas exclusivamente na LOA, ao passo que as receitas de capital são destinadas apenas ao planejamento do PPA, sem relação com a LDO.
- (E) A LDO é responsável pela previsão das receitas correntes e das receitas de capital, enquanto a LOA define o detalhamento dessas receitas e sua aplicação no exercício financeiro.

Área livre

QUESTÃO 43

O contador de um conselho profissional foi consultado para avaliar a contratação de certa empresa para ministrar um curso de capacitação específico para os servidores, focado nas particularidades do processo de licitação pública. A referida empresa é reconhecida nacionalmente como a única com profissionais especializados nesse tipo de treinamento. Diante desse cenário, o contador deve decidir se é possível realizar a contratação por inexigibilidade de licitação, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Tendo em vista essa situação hipotética, com base nas disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), quanto à possibilidade de contratação por inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) A natureza do objeto contratado permite a competição entre diversas empresas especializadas, desde que apresentem os documentos exigidos pela Administração Pública.
- (B) A inviabilidade de competição se caracteriza pelo fato de a empresa ser a única capaz de fornecer o serviço especializado, permitindo a inexigibilidade de licitação.
- (C) A inexigibilidade de licitação não se aplica, pois todo e qualquer serviço deve passar por um processo de licitação, independentemente da especialização da empresa.
- (D) A inexigibilidade de licitação é aplicada exclusivamente para serviços de engenharia, o que inviabiliza a aplicação desse instituto para serviços de capacitação.
- (E) A contratação por inexigibilidade de licitação apenas pode ocorrer para serviços de notória especialização, mas exige, ainda assim, a realização de um chamamento público para verificar a existência de outros prestadores.

QUESTÃO 44

Considere hipoteticamente que um contador de um conselho profissional tenha sido informado a respeito de um processo licitatório em andamento para a contratação de uma empresa que prestará serviços de manutenção de equipamentos médicos. Ao analisar o edital, ele identificou que o objeto da licitação foi descrito de forma genérica, sem especificações técnicas detalhadas, o que pode gerar dúvidas quanto à real necessidade do órgão e abrir margem para propostas inadequadas. Além disso, o edital não prevê a utilização de um cronograma físico-financeiro claro e preciso. Considerando os princípios da Lei nº 14.133/2021, o contador deve avaliar a legalidade desse certame e recomendar a melhor solução.

Com base nos princípios da licitação previstos na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o mencionado certame é inválido porque

- (A) a descrição genérica do objeto e a falta de detalhamento técnico contrariam o princípio da eficiência, uma vez que a Administração não será capaz de selecionar a proposta mais vantajosa com base nessas informações.

- (B) a ausência de cronograma físico-financeiro claro no edital viola o princípio da moralidade, pois não garante a transparência no cumprimento dos prazos contratuais.
- (C) a descrição do objeto de forma genérica viola o princípio da competitividade, visto que restringe a participação de empresas qualificadas no certame.
- (D) o edital com descrição genérica do objeto e sem previsão de cronograma físico-financeiro claro viola os princípios da isonomia e da legalidade, já que não há condições equitativas para todos os licitantes, e a licitação deve ser impugnada.
- (E) a falta de especificações técnicas detalhadas no edital e de um cronograma físico-financeiro impede o controle interno do processo, o que fere o princípio da eficiência e inviabiliza a realização da licitação.

QUESTÃO 45

O contador de um conselho profissional foi notificado acerca da realização de uma auditoria operacional *in loco*, conforme estabelecido nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAG) e Normas de Auditoria do Tribunal de Contas (NAT). A equipe de auditoria chegará na próxima semana para avaliar a eficiência e a eficácia dos processos administrativos e financeiros da instituição. Diante disso, o contador deve se preparar adequadamente para receber a equipe de auditoria, garantindo a transparência e a colaboração necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

Tendo em vista essa situação hipotética, assinale a alternativa correspondente ao procedimento correto que o contador deve adotar ao receber a equipe de auditoria, de acordo com as normas mencionadas.

- (A) Deve reunir-se com a equipe de auditoria apenas depois do término dos trabalhos, para apresentar os resultados encontrados em um relatório detalhado.
- (B) Deve fornecer todos os documentos e as informações solicitadas pela equipe de auditoria, mas não é necessário manter registro da entrega e do que foi solicitado.
- (C) Deve evitar discutir detalhes dos processos administrativos com a equipe de auditoria, para não influenciar suas conclusões.
- (D) Deve solicitar que a equipe de auditoria realize o trabalho em sua totalidade sem acompanhamento, uma vez que a auditoria é uma atividade independente.
- (E) Deve preparar um ambiente de trabalho adequado, disponibilizando todos os documentos necessários e mantendo uma comunicação aberta e transparente com a equipe de auditoria durante todo o processo.

Área livre

QUESTÃO 46

Suponha que, durante uma auditoria governamental realizada em um conselho profissional, o auditor tenha identificado distorções significativas nos registros financeiros, que impactaram a transparência e a precisão das informações contábeis. As distorções encontradas eram generalizadas e relevantes, comprometendo a confiabilidade dos dados apresentados. Ao preparar o relatório final da auditoria, o auditor ficou em dúvida acerca de qual modelo de parecer deveria utilizar, tendo em vista a gravidade das distorções identificadas.

De acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAG) e Normas de Auditoria do Tribunal de Contas (NAT), considerando que as distorções encontradas são relevantes e generalizadas, em seu relatório, o auditor deverá

- (A) optar por um parecer com ressalva, pois algumas distorções não impactam a totalidade dos dados financeiros.
- (B) utilizar um parecer positivo, uma vez que as distorções são consideradas menores em relação ao total.
- (C) elaborar um parecer negativo, já que as distorções encontradas comprometem significativamente a confiabilidade das informações contábeis.
- (D) elaborar um parecer no qual afirma que não encontrou irregularidades, apesar das distorções relevantes identificadas.
- (E) optar por um parecer sem ressalva, pois a maioria das informações está correta.

QUESTÃO 47

No dia a dia de certo conselho profissional, o contador está se preparando para uma auditoria de conformidade com as Normas de Auditoria Governamental. Ele precisa compreender os diferentes tipos de testes e procedimentos que devem ser realizados para garantir a conformidade e a eficiência dos processos administrativos. Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), as Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAG) e as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas (NAT), assinale a alternativa que descreve corretamente um tipo de teste ou procedimento que o contador citado deve realizar durante a auditoria nessa situação hipotética.

- (A) Testes de detalhes: avaliam a eficácia dos controles internos por meio da análise de amostras de transações específicas.
- (B) Análise de tendências: consiste em verificar a adequação dos planos de ação da entidade em comparação com os exercícios anteriores.
- (C) Entrevistas: são realizadas apenas para coletar informações a respeito do histórico da entidade auditada, sem relação com a auditoria em si.
- (D) Procedimentos analíticos: envolvem a comparação de dados financeiros com informações não financeiras para verificar se existem distorções significativas.
- (E) Testes de conformidade: visam a avaliar a adequação dos procedimentos internos às leis e aos regulamentos, mas não são considerados essenciais na auditoria.

QUESTÃO 48

No Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o bloco de assinatura é a funcionalidade utilizada para que um documento seja assinado por um ou mais usuários de unidades diferentes da unidade elaboradora. Com base nesse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O bloco de assinatura permite a assinatura simultânea de vários documentos, com ou sem visualização de seus conteúdos.
- (B) É possível disponibilizar bloco de assinatura para a unidade geradora do processo.
- (C) O bloco de assinatura pode ser disponibilizado para, no máximo, duas unidades distintas.
- (D) Não é possível assinar documentos de um bloco de assinatura antes da sua disponibilização.
- (E) O SEI não permite a inclusão de um único documento em vários blocos de assinatura.

QUESTÃO 49

Acerca das operações básicas com processos, previstas no Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), assinale a alternativa correta.

- (A) Para garantir a segurança das informações, os processos abertos indevidamente no SEI não podem ser excluídos.
- (B) O envio de um processo para outra unidade sem selecionar a opção “manter processo aberto na unidade atual” não tem o mesmo efeito de proceder à conclusão do processo.
- (C) Somente é possível reabrir um processo que já tenha passado pela unidade em que a operação é efetuada.
- (D) A alteração do tipo de um processo será permitida apenas para a unidade que o criou.
- (E) Os processos sigilosos, para melhor organização e controle, devem ser incluídos em acompanhamento especial.

QUESTÃO 50

Segundo o previsto no Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o usuário externo é pessoa autorizada a visualizar processos e documentos do SEI. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os documentos externos podem ser liberados para assinatura por usuário externo.
- (B) A concessão de acesso ao usuário externo terá prazo de validade de 30 dias, prorrogável uma vez, por igual período.
- (C) O usuário externo não pode obter autorização para assinatura de documentos internos.
- (D) Os processos restritos e sigilosos não permitem que usuários externos possuam autorização de acesso.
- (E) O usuário externo poderá obter a visualização integral de um processo, bem como de todas as suas atualizações posteriores à disponibilização do acesso.

O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo. A falta de observação dessa orientação acarretará a anulação da prova do candidato.

P R O V A D I S C U R S I V A

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A auditoria contábil, no setor público, visa a assegurar que as informações financeiras e patrimoniais dos entes governamentais representem fielmente a realidade econômica de seus atos. Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS), o auditor público deve atuar de forma imparcial e objetiva, garantindo que as demonstrações contábeis reflitam a substância dos fatos registrados. Nesse sentido, a adoção de boas práticas, conforme preconizado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), da Secretaria do Tesouro Nacional, é essencial para que a gestão pública seja transparente e confiável.

Entretanto, casos de má conduta na gestão pública demonstram o impacto negativo de desvios éticos na atuação do auditor, o que é preocupante e tem sido mérito de acompanhamento do Ministério Público, dos Tribunais de Contas, da Polícia Federal e de outros órgãos reguladores da gestão pública.

Em complemento, o MCASP, 10ª edição, orienta que os princípios orçamentários e as características qualitativas das informações contábeis sejam observados rigorosamente, para que as demonstrações contábeis ofereçam informações confiáveis e úteis para os gestores e para a sociedade. O auditor, nesse contexto, tem o papel de assegurar que esses atributos estejam presentes orientando-se pela adoção da primazia da essência sobre a forma na condução do seu papel de trabalho.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo que explique o papel do auditor contábil público na garantia da primazia da essência sobre a forma (conceituando-a) em seu papel de trabalho, fundamentando sua resposta com a utilização e conceituação das características qualitativas da relevância, da verificabilidade e do princípio orçamentário da transparência. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- primazia da essência sobre a forma na Contabilidade; [3,0 pontos]
- característica qualitativa – relevância; [2,0 pontos]
- característica qualitativa – verificabilidade; e [2,0 pontos]
- princípio orçamentário – transparência. [3,0 pontos]

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

PROVA APLICADA

ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento